

**A IMPORTÂNCIA DO CONTEXTO NA ATRIBUIÇÃO DE
REFERÊNCIA TEMPORAL: INCURSÕES NO TERRENO DO
PRETÉRITO PERFEITO SIMPLES ¹**

Márluce COAN

Introdução

Buscamos, neste trabalho, demonstrar a importância do contexto em indicar a que momento do tempo a forma verbal de pretérito perfeito simples se refere. Essa forma verbal codifica, via de regra, um tempo passado em relação ao tempo de fala (cf. ex. 1).

(1) Em mil novecentos e trinta e nove pra quarenta eu fui pra Marinha de Guerra. (FLP 06, L08) ²

_____S_____R/F_____ ³
fui

Tem-se notado, entretanto, sua utilização referindo-se a outros momentos no tempo, em lugar de outros tempos verbais: do pretérito mais-que-perfeito, e do futuro composto, além da possibilidade de interpretação do pretérito perfeito simples como anterior, posterior ou simultâneo a outra situação codificada pelo mesmo tempo verbal; e da ambigüidade entre ele e o presente, nos verbos regulares, quando a pessoa é a primeira do plural.

A discussão dessas diferentes possibilidades de interpretação ao pretérito perfeito deve elucidar que o nosso sistema cognitivo temporal não interpreta adequadamente apenas as formas verbais

previstas para representar uma ou outra referência temporal (passado/presente/futuro), mas recorre aos contextos de ocorrência fazendo adaptações lógicas ao processo interpretativo. Assim, uma forma verbal tipicamente utilizada para representar um passado relativo ao tempo de fala, como o pretérito perfeito simples, pode ter outras interpretações.

Primeiramente, apresentamos algumas considerações sobre a noção de contexto com o objetivo de diferenciar contexto semântico de pragmático. Essa diferenciação não visa descartar um ou outro da análise, apenas estabelecer limites, se possível, e enfatizar que ambos devem ser considerados na atribuição de referência ao pretérito perfeito. A seguir, discutimos o papel do contexto na atribuição de referência temporal, através da análise de dados (de fala e de escrita). Para algumas das possibilidades anteriormente apontadas, focalizaremos atribuição de referência dada semanticamente; para outras, a interpretação depende de atribuição de referência pragmática.

1. Dois tipos de contexto: o semântico e o pragmático

Embora contexto seja normalmente um termo atribuído à Pragmática, essa atribuição, conforme Moura (1999), cai por terra quando “analisamos em detalhes os diferentes elementos contextuais que afetam o uso da linguagem”, pois nem todo fator é de natureza pragmática (p.66). Continuando, o autor diz que “a idéia subjacente é então a de que não é todo elemento contextual que deve, imediatamente, ser considerado pragmático” (Moura, *op. cit.*). Utilizamos o termo contexto para designar o texto em si (contexto de natureza semântica) e aquilo que está além do texto (contexto de natureza pragmática).

Dado que a semântica estuda os aspectos do significado codificados em expressões lingüísticas, o contexto semântico é o contexto de ordem lingüística.

Mas, de acordo com Sperber e Wilson (1995), a linguagem externa nem sempre codifica o tipo de informação que os humanos estão interessados em codificar. As representações semânticas codificadas

são estruturas mentais abstratas que devem ser inferencialmente enriquecidas. Duas propriedades da comunicação são defendidas: a de ser ostensiva e a de ser inferencial.

Cabe, então, perguntar: por que as línguas contêm sentenças que não codificam pensamentos mas formas lógicas incompletas? Por que a maioria das sentenças requer inferência? Sperber e Wilson (*op. cit.*) respondem dizendo que os falantes usam traços contextuais para falar mais concisamente.

Assim, a Pragmática, num olhar além, lida com a intenção e com o conhecimento que falante e ouvinte compartilham (implicitamente). O contexto pragmático é, então, constituído pelo conjunto de informações (conhecimento de mundo e da situação, crenças) não verbalizadas mas partilhadas por falante e ouvinte, e inferidas no ato da comunicação. “Os contextos que não dependem dessa atribuição de crenças não são pragmáticos, mas definidos no componente semântico, em função da dinâmica do discurso” (cf. Moura, 1999:76). Isso indica que o contexto lingüístico que extrapola o nível da frase ainda é considerado semântico.

A importância de se lidar também com o contexto pragmático é evitar um tipo de falha interpretativa que ocorre, às vezes, quando se leva em conta apenas o contexto semântico. Quando o componente lingüístico indica que mais de uma interpretação é possível, a solução deve estar na pragmática.

Nesse sentido, como diz Van Dijk (1992:81), “a compreensão pragmática se dá paralelamente ao processo relativo de compreensão semântica, no qual os discursos e conhecimentos prévios do contexto são importantes para a interpretação de cada sentença.”

2. O papel do contexto na atribuição de referência temporal

Apontamos no início deste trabalho diferentes possibilidades de interpretação para um mesmo tempo verbal: o pretérito perfeito simples. Agora, mais detalhadamente, pretendemos demonstrar como o contexto tem um papel crucial na interpretação desse tempo verbal.

Parece-nos que a referência dada ao perfeito resulta de um cálculo, feito a partir da soma desse tempo verbal com o contexto ao qual está atrelado.

O cálculo para a atribuição de referência pode, *a priori*, levar em conta o contexto semântico desde que haja informação suficiente para evitar qualquer deslize interpretativo. Na falta de informação lingüística suficiente, deve-se apelar para o contexto pragmático. O problema é que nem sempre falante e ouvinte partilham do mesmo contexto pragmático, ou o falante não sabe que não partilham. Assim, se não há informação contextual suficiente, o cálculo não deve solucionar ambigüidades.

A seguir, analisamos vários casos em que a interpretação do pretérito perfeito simples não é a prototípica, ou seja, a de codificar uma situação passada menos durativa ⁴ que toma como ponto de referência ⁵ o tempo de fala (cf. diagrama abaixo).

(2) ————— Pret. Perf. ————— Tempo de fala —————→

Demonstraremos em 2.1 que o contexto lingüístico da frase ou discurso precedente/subseqüente pode indicar que a interpretação do pretérito perfeito simples não deve ser a exposta no diagrama em (2). Na subseção 2.2 pretendemos extrapolar o contexto semântico, mostrando que o pretérito perfeito pode ter outras interpretações temporais, se crenças e conhecimentos compartilhados puderem atuar na atribuição de referência temporal.

2.1. O contexto semântico na atribuição de referência temporal

Nesta subseção, demonstramos que o pretérito perfeito simples pode aparecer em lugar do pretérito mais-que-perfeito e em lugar do futuro composto, dada a presença de algum elemento lingüístico como atribuidor de referência temporal. Considerem-se:

a) *O pretérito perfeito simples na função do pretérito mais-que-perfeito:*

A interpretação do pretérito perfeito como um passado anterior a outro passado ⁶ decorre, na maioria dos casos, de uma atribuição de referência feita no nível semântico, mas nem sempre é o mesmo atribuidor que está em jogo. Vejamos alguns casos:

(3) Aí eu peguei, telefonei pra Macarronada e descobri que aconteceu um acidente. (FLP 03, L867)

A possibilidade de interpretação do pretérito perfeito *aconteceu*, em (3), como um tempo passado anterior se deve à identificação das situações passadas *peguei*, *telefonei* e *descobri* como posteriores à situação representada por *aconteceu* que se caracteriza como um tempo passado anterior a outras situações passadas, e não como um passado relativo ao tempo de fala. Para localizarmos uma situação no tempo é preciso que haja uma atribuição de referência. No exemplo dado, estamos considerando que tal atribuição é dada pelas situações passadas intermediárias (*peguei*, *telefonei*, *descobri*) que constituiriam o que Reichenbach (1947) denomina de ponto de referência. Na ausência de um situação passada intermediária, *aconteceu* poderia ser interpretado como relativo ao tempo de fala, o ponto de referência mais comum, conforme Givón (1993). Note-se, também, que a organização contra-seqüencial (organização não-icônica dos eventos, que não segue a ordem cronológica de ocorrência) pode ser outro indicativo de que *aconteceu* é cronologicamente anterior.

Vejamos, agora, casos em que a atribuição de referência é dada por expressões adverbiais (de tempo e de intensidade). Considere-se o exemplo (4):

(4) E eu me lembro bem que ainda em mil novecentos e setenta e oito, antes do Esperidião sair da prefeitura, primeiro mandato dele de prefeito, eu fiz um ofício ao prefeito pedindo a abertura daquilo ali... (FLP 21, L839)

Interpretamos *fiz* como um tempo passado anterior porque a expressão temporal *antes do Esperidião sair da prefeitura* indica que houve um tempo em que o Esperidião saiu da prefeitura mas antes disso um ofício foi feito. Considere-se também:

(5) Nunca vi nossa equipe tão aplicada em uma partida ⁷.

Em (5), a presença do intensificador *tão* informa que a negação de *vi* se sustenta apenas até a ocorrência da partida. Logo, o pretérito perfeito (vi) tem o mesmo valor de verdade do pretérito mais-que-perfeito (tinha visto). O falante viu a equipe bastante aplicada (antes do tempo de fala) mas até então (até a partida) não tinha visto essa equipe se aplicar tanto.

Note-se que aqui o *tão* introduz um pressuposto que era válido também no passado (vi aplicada). O *nunca* não nega esse pressuposto mas a intensidade da aplicação. Não nega o *ver*, mas o *tão*. ⁸ Veja-se, ainda:

(6) Nunca vi nossa equipe muito aplicada em uma partida.

Pode-se perguntar: viu ou não viu a equipe muito aplicada? Se se leva em conta apenas o contexto semântico, esse enunciado é ambíguo. Considerem-se duas interpretações possíveis:

(6a) A equipe era pouco aplicada mas na última partida E. viu a equipe muito aplicada.

(Se essa é a interpretação, *vi*, em (6), equivale a um tempo passado anterior a outro passado (o tempo da partida).)

(6b) Sempre viu a equipe pouco aplicada.

(Se essa é a interpretação, *vi*, em (6), conserva seu valor prototípico, de tempo passado relativo ao tempo de fala.)

Parece que há um ponto em que a interpretação adequada só é possível se se extrapola o nível semântico.

b) O pretérito perfeito simples na função de futuro composto:

Feitas algumas considerações sobre a interpretação do pretérito perfeito como um tempo anterior ao momento de fala, vamos nos deslocar (num diagrama temporal hipotético) da esquerda para à direita desse momento e verificar a interpretação desse tempo verbal como um tempo futuro. Considerem-se:

(7) Não adianta você ir à estação às 10h porque o trem já partiu.

(8) “Quando você chegar, eu já saí.” (Comrie, 1990: 31)

Note-se que a única possibilidade para os pretéritos *partiu* e *saí*, nos enunciados acima, é serem interpretados como futuro. De acordo com Comrie (*op. cit.*), o pretérito perfeito só é usado em (7) e (8) porque aquilo que está à esquerda de uma referência futura é necessariamente passado em relação a essa referência. Isso significa que algum traço de passado se mantém porque *partiu* é passado em relação a *ir* e *saí* é passado em relação a *chegar*. A interpretação de tempo futuro, entretanto, decorre da localização à direita do tempo de fala.

2.2. O contexto pragmático na atribuição de referência

Seguindo a tradição lógica, caberia à semântica explicitar como a referência é determinada. Em muitos casos, entretanto, não se pode determinar a referência se não se leva em conta o contexto pragmático. Quando a identificação da significação não se dá linguisticamente passa pela determinação do que é comum ao conjunto de falantes, conforme Moura (1999). Isso quer dizer que,

além do contexto semântico, é possível recorrer a outros elementos: intenção, contexto situacional, conhecimento compartilhado; elementos também significativos na interpretação do pretérito perfeito simples.

Pretendemos, nesta seção, mostrar que a chave para a interpretação do pretérito perfeito simples, em alguns casos, pode estar na atribuição de referência dada pragmaticamente. Nesses casos, o falante calcula a referência a partir do contexto situacional (tempo/lugar), do conhecimento compartilhado (informações, crenças), da intenção do falante e do que é dado lingüisticamente.

Três casos serão examinados, nesta etapa, a saber, a ambigüidade entre pretérito perfeito simples e pretérito mais-que-perfeito; a indefinição entre pretérito e presente quando a forma verbal é a da primeira pessoa do plural; e a indefinição entre anterioridade, posterioridade e simultaneidade quando há duas formas de pretérito perfeito simples no enunciado.

a) Pretérito perfeito simples ou pretérito mais-que-perfeito?

Em casos com o advérbio *nunca*, por exemplo, parece de grande importância considerar o contexto pragmático, ou seja, levar em conta alguma informação compartilhada entre falante e ouvinte. Vejamos:

(9) O Grêmio nunca tinha feito mais de dois gols no Palmeiras. (Comentário feito pelo técnico do Grêmio em 1996.)

(10) O Grêmio nunca fez mais de dois gols no Palmeiras.⁹

Quando o pretérito mais-que-perfeito está relacionado ao advérbio *nunca* não percebemos ambigüidade. Há uma implicatura (afirmação implícita de uma situação contrária). Frequentemente, *nunca tinha feito* implica fazer num passado posterior. Essa implicatura dá condições para a existência de

uma relação entre três termos, respectivamente o tempo de fala, um passado e um passado anterior. Isso, entretanto, nem sempre acontece com o pretérito perfeito. No caso do exemplo (10), há duas interpretações possíveis:

(10a) O Grêmio não fez mais de dois gols no Palmeiras.

(10b) O Grêmio fez mais de dois gols no Palmeiras.

Quando a atribuição de referência não é dada no contexto semântico, como acontece em (10), pode-se dizer que *fez* é um pretérito perfeito simples e a interpretação é aquela em (10a), mas é possível, também, considerar uma atribuição de referência no sentido pragmático e dizer que *fez* equivale a *tinha feito* (interpretação dada em 10b). Como somos capazes, então, de interpretar corretamente o enunciado (10)?

Se levarmos em conta apenas o contexto semântico, temos uma situação (*fez*) negada até o tempo de fala. Sabendo, porém, que o Grêmio venceu o Palmeiras por três a um, esse enunciado seria falso. Assim, para se interpretar *fez* como *tinha feito*, ou seja, para considerar esse enunciado como verdadeiro, é preciso recorrer ao contexto pragmático. O falante, possivelmente, usa *fez* querendo dizer *tinha feito* porque presume que seu interlocutor sabe o resultado do jogo. Note-se, contudo, que para quem não sabe o resultado do jogo, a negação se sustenta até o tempo de fala.

Assim, quando o componente lingüístico permite duas interpretações, a solução deve estar na pragmática e a ambigüidade só se sustenta se não há conhecimento suficiente de tal contexto. Se falante e ouvinte compartilham do mesmo contexto, ambigüidades não devem aparecer.

A atribuição de referência dada pragmaticamente torna possível a interpretação de *fez*, em (10), como *tinha feito*, ou seja, permite um alargamento interpretativo. Assim, sabendo que o

Grêmio já fez mais de dois gols no Palmeiras, ao ouvir *nunca fez* o ouvinte sabe que *fez* equivale a *tinha feito*. A atribuição de referência dada pelo contexto pragmático faz com que (10) tenha sentido e possa ser interpretado como verdadeiro. Aqui, explora-se o nível pragmático porque (10) só é verdadeiro se esse nível for considerado.

Enunciados ambíguos como (10) podem ainda ser desambigüizados no componente semântico se houver algum tipo de inserção de informação. Pinkal (1995:81, *apud* Moura, 1999:79-80) chama de *precisificação* essa outra maneira de resolver ambigüidades: “uma precisificação fornece um contexto mais informativo no qual a ambigüidade é eliminada, nesse caso, a resolução depende da dinâmica do discurso.” Considere-se, novamente, (10):

(10c) O Grêmio nunca fez mais de dois gols no Palmeiras e hoje fez.

(10d) O Grêmio nunca fez mais de dois gols no Palmeiras porque não consegue acertar o time.

Nesses casos, a informação a mais, ao desambigüizar, pode estar cancelando ou confirmando uma interpretação que o ouvinte fez por ter ou não ter informações compartilhadas com o falante. Quando o ouvinte não reconhece a interpretação pretendida, mas outra, significa que não percebeu a pretensão do falante, isso quer dizer que a ambigüidade encontrada pelo interlocutor não é uma pretensão do falante mas sim resultado da crença que ele atribuiu ao ouvinte indevidamente.

Implicaturas, segundo Grice (*apud* Levinson, 1983), são revogáveis, ou seja, é possível anular uma interpretação se premissas puderem ser acrescentadas às originais. A inserção de informação nos enunciados acima faz com que a resolução ocorra no próprio contexto lingüístico (a atribuição de referência é dada semanticamente). A possibilidade de utilização de informações a

mais para não haver ambigüidade indica que suposições podem ser inseridas no ato da fala. Essas suposições, conforme Sperber e Wilson (1986), são inseridas para alargar o ambiente cognitivo mútuo e permitir a compreensão.

Em (11) abaixo, a desambigüização de *vi* ocorre no próprio contexto lingüístico, ou seja, o verdadeiro significado é recuperável cataforicamente (como em 10c, a atribuição de referência é dada semanticamente). Note-se, contudo, que, com a primeira oração apenas, *vi* é ambíguo.

(11) Copa do mundo, eu nunca vi. O Brasil ser campeão da Copa do Mundo só fui ver o ano passado. (FLP, Leda/ 10)

Vejamos mais um caso em que a atribuição de referência é feita no contexto pragmático, desta vez, no contexto situacional:

(12) Nunca vi isso.

Considere-se, por exemplo, que após ver um acidente na rua a pessoa mencione (12). *Vi*, então, equivale a *tinha visto*, ou seja, até aquele momento não tinha visto, mas viu. O ouvinte interpreta *vi* como *tinha visto* porque se encontra no mesmo contexto situacional que o falante. Assim, se o contexto pragmático (situacional) é considerado, não há ambigüidade.

Vejamos, agora, um exemplo em que há uma expressão adverbial envolvida.

(13) Naquela semana ele não jogou bem.

Neste caso, a expressão adverbial (*naquela semana*) não atribui propriamente a referência: há uma semana qualquer na qual ele jogou bem e outra na qual não jogou bem; ou espera-se que ele jogue bem porque naquela semana não jogou. Há necessidade de ampliação do contexto.

Podemos perceber, a partir dos exemplos acima, que para que o interlocutor possa identificar o referente da expressão que escolhemos para um determinado contexto é necessário, em muitos casos, recorrer ao componente pragmático. A interpretação, muitas vezes, depende de crenças compartilhadas. Um falante usa *x* (uma expressão lingüística qualquer) porque acredita que seu interlocutor será capaz de identificar *x* (Princípio da cooperação – Grice, 1975, *apud* Levinson, 1983). Isso significa que o falante de *x* está respeitando a máxima da maneira proposta por Grice (“evite ambigüidade”), pois se há conhecimento compartilhado, não há ambigüidade. A ambigüidade resulta da falta de conhecimento compartilhado, ou seja, do fato de o ouvinte não ter o conhecimento que o falante atribui a ele indevidamente. Mas se se leva em conta a pragmática, como um domínio contextual (domínio das informações compartilhadas), reduzem-se, consideravelmente, os casos de ambigüidade.

b) Pretérito perfeito simples ou presente?

A dúvida apresentada no título desta subseção recai sobre o exemplo que segue. Vejamos:

(14) Sei que meu pai disse que esta casa / que nós moramos / já tinha sido dos escravos. (FLP 12, L877)

A ambigüidade entre passado perfeito e presente, na primeira pessoa do plural, deve-se à convergência de formas verbais que, no caso dos verbos da primeira conjugação, os antigos gramáticos pretendiam eliminar atribuindo pronúncia aberta para a vogal /a/ da forma passada.

Mas dada a não diferenciação entre vogal aberta *versus* vogal fechada em termos sincrônicos atuais, pode-se perguntar: no momento da enunciação, o informante morava na casa ou não

morava? Conseguimos reconhecer as interpretações possíveis mas não sabemos qual a pretendida. Conforme Green (1995), a interpretação depende de um modelo de contexto. Como não compartilhamos as mesmas informações com o falante, não conseguimos interpretar adequadamente *moramos* em (14).

O fato de haver ambigüidade para o analista e para quem não conhece o contexto pragmático não significa que o enunciado não seja relevante. O falante, objetivando uma ótima relevância, pode ter deixado muita coisa implícita, se havia possibilidade de inferência no contexto pragmático, ou se já havia esclarecido tal questão no decorrer da entrevista (no próprio contexto semântico). A possibilidade da inferência premeditada pelo falante indica que a soma de informação lingüística mais informação pragmática ocorre naturalmente, o que pode justificar a grande quantidade de informação implícita existente. Nesse último exemplo, a desambigüização requer um alargamento contextual no sentido de incluir conhecimento compartilhado.

Pode-se, ainda, sugerir que em tais casos, na inexistência de um marcador temporal (naquela época...), a sentença é usualmente compreendida como presente. Mas, dado que a presunção desse conhecimento pode estar errada, quando a desambigüização depende de informações compartilhadas entre falante e ouvinte, a fruição não-ambígua da mensagem não é garantida. Como a inferência é um processo não demonstrativo, está sujeita a erro.

c) O pretérito perfeito simples: anterior, simultâneo ou posterior?

Nesta etapa, pretendemos verificar um dado em que há três interpretações possíveis para o pretérito perfeito simples. Considere-se (15):

(15) ...havia os concertos da sinfônica, mas eram concertos muito bons, lindos os concertos. Tocava o doutor Juca, um senhor que foi prefeito aqui... (FLP 24, L860)

(15a) O doutor Juca foi prefeito, depois tocou na sinfônica.

(15b) O doutor Juca tocou na sinfônica, depois foi prefeito.

(15c) O doutor Juca foi prefeito na mesma época em que tocou na sinfônica.

Não se sabe se o *doutor Juca* foi prefeito antes, durante ou depois de tocar na sinfônica. Como não há informação suficiente no contexto semântico e não podemos recorrer ao contexto pragmático, pois não partilhamos desse contexto, não podemos atribuir uma referência adequada ao pretérito *foi*. O interlocutor, entretanto, ao compartilhar informações com o locutor, pode ter interpretado adequadamente a referência atribuída a tal pretérito.

Observe-se, contudo, que o nível de indefinição recai sobre a relação temporal entre ser prefeito e tocar na sinfônica, mas há também uma definição: o *doutor Juca* foi prefeito antes do ato de fala. Assim, (15) remete a duas proposições, uma indefinida e outra definida.

Considerações finais

O sentido aparentemente estável do pretérito perfeito simples (passado relativo ao tempo de fala) evidencia sua instabilidade, quando atrelado a diferentes contextos. Pôde-se observar, no decorrer da discussão aqui proposta, que o contexto é essencial na atribuição de referência a esse tempo verbal e que a referência é calculada a partir da soma de informações, tanto do contexto semântico quanto do contexto pragmático, ao conteúdo lingüístico. A ausência de detalhes na comunicação não deve prejudicar a interpretação, se o estímulo ostensivo conduzir o processo inferencial na direção certa a fim de buscar relevância. Mas se nem resolução semântica, nem resolução pragmática puderem ser aplicadas, pode-se falar em ambigüidade.

As diferentes interpretações dadas ao pretérito perfeito simples não indicam que houve uma perda da significação básica de passado. O pretérito perfeito continua indicando passado, porém houve uma adaptação dessa forma verbal para se referir a outros momentos no tempo; essa adaptação é o resultado de sua conjugação com um atribuidor de referência diferente do tempo de fala. Assim, na maioria dos casos, o perfeito conserva sua identidade (de tempo anterior), quando migra para outros terrenos.

As considerações aqui apresentadas vêm indicar que a forma verbal não é condição necessária para a interpretação temporal. Vale, então, a argumentação de Lyons (1977:678) no sentido de considerar o tempo verbal como uma categoria da sentença e não como uma categoria flexional que se realiza nas variações morfológicas do verbo. E vale até mesmo um alargamento dessa argumentação. Nossos exemplos nos autorizam a assumir o tempo verbal como uma categoria discursiva e pressupor que o contexto (semântico ou pragmático) deve ser significativo para a interpretação do tempo verbal também nos casos de não variação, mediante traços inerentes ao item lexical, presença de expressões adverbiais e o próprio conhecimento de mundo.

Referências bibliográficas

- COAN, M. (1997) *Anterioridade a um ponto de referência passado: pretérito (mais-que-) perfeito*. Florianópolis, UFSC (Dissertação de Mestrado).
- COMRIE, B. (1981) *Aspect*. Cambridge: Cambridge University Press.
- COMRIE, B. (1990) *Tense*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GIVÓN, T. (1993) Verbal inflections: tense, aspect, modality and negation. In *English Grammar: A functional-based introduction*. Vol I e II. Philadelphia: J. Benjamins.
- GREEN, G. M. (1995) Ambiguity Resolution and Discourse Interpretation. In *Semantic Ambiguity and Underspecification*. CSLI Publications.
- LEVINSON, S. (1983) *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge Press.
- LYONS, J. (1977) *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press.

- MOURA, H. M. (1999) *Significação e contexto: uma introdução a questões de semântica e pragmática*. Florianópolis: Insular, PGL/UFSC.
- REICHENBACH, H. (1947) *The tenses of verbs: Elements of Symbolic Logic*. New York: The Macmillan Company.
- SPERBER, D. e WILSON, D. (1995) *Relevance, communication & cognition*. Oxford: Blackwell, 2ª ed.
- VAN DIJK, T. A. (1992) Contexto e Cognição. In *Cognição, Discurso e Interação*. São Paulo: Contexto.

Notas

- ¹ Agradeço aos professores Ana Zilles, Edair Gorski, Heronides Moura e Nilson Lage, pela leitura crítica deste artigo e pelas valiosas contribuições.
- ² Os dados com esse tipo de marcação, entre parênteses, foram retirados de entrevistas do Projeto VARSUL. FLP refere-se à cidade (Florianópolis), 06 refere-se ao número da entrevista e L08, ao número da linha.
- ³ S, R e F referem-se, respectivamente, à situação analisada, à referência e ao tempo de fala.
- ⁴ As formas verbais, além de marcar tempo e modo, marcam aspecto. “Aspectos são diferentes modos de ver a constituição temporal interna de uma situação” (Comrie, 1981: 03).
- ⁵ Por ponto de referência, entendemos um segmento da linha temporal (representado por uma forma verbal, um advérbio, uma situação contextual, entre outros) ao qual uma determinada situação está vinculada, o que determina a interpretação dessa situação. Para maiores detalhes a respeito de ponto de referência, confira Coan, 1997.
- ⁶ Um tempo que é passado em relação ao tempo de fala e também passado em relação a outro tempo passado é considerado um tempo passado anterior (significação prototípica do pretérito mais-que-perfeito).
- ⁷ Esse exemplo foi adaptado do seguinte: “Nunca tinha visto nossa equipe tão aplicada em uma partida, definiu o atacante Edmundo.” (DC 14/03/96)
- ⁸ A mesma análise pressuposicional vale para *tanto* que aparece em: “Eu sei que um filme de bandido mesmo, que eu nunca *vi* matar tanto.” (FLP 05, L236)
- ⁹ Considerem-se também:
- a) Eu nunca fiz um cheque tão grande.
- b) Nunca tirei mais do que seis em Matemática.